

**II EXAME DE ORDEM / 1997  
DIREITO TRIBUTÁRIO**

**Prova Prático Profissional (Subjetiva)**

**Data: 13.09.97**

**I - PEÇA (7 pontos)**

Determinado sindicato de trabalhadores, localizado em Brasília DF, presta alguns serviços a terceiros e a seus associados, pelos quais cobra preço justo. Como alguns agentes do fisco andavam à procura de qualquer falha de lançamento contábil ou indício de sonegação para autuar a entidade, os dirigentes do sindicato, ciosos de seus direitos, obrigações e conseqüentes responsabilidades, com dúvida quanto á possibilidades de tais serviços serem ou não tributados, procuraram o escritório do ilustre advogado para que encontrasse o remédio jurídico a ser aplicado em sua defesa.

Redija a peça adequada.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL / TRIBUTÁRIO (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.
--

**!!! NÃO COLOQUE O SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA PROVA. USE NOME DO ADVOGADO E NÚMERO DE OAB FICTÍCIOS.**

**II - QUESTÕES PRÁTICAS**

**1º QUESTÃO ( 1 ponto)**

O Município de Cajazeiras - PB, por lei publicada no dia 13 de setembro do corrente ano, instituiu um novo imposto sobre os serviços de coleta de lixo, a ser cobrado dos proprietários de imóveis daquele Município. No último artigo constava que a lei entrava em vigor a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte, quando o tributo poderia ser exigido. Os contribuintes procuraram seu escritório para que não fossem obrigados a pagar mais esse tributo. Objetivamente e à luz dos dispositivos legais pertinentes, o que você argüiria em favor de seus clientes? Fundamente.

## **2º QUESTÃO ( 1 ponto)**

Mesmo com o formidável aumento de receitas tributárias trazido para os Estados, DF e Municípios, pela Constituição Cidadã de 1988, mediante a incorporação em sua competência tributária, de diversos impostos, antes pertencentes à União, sem contar com as transferências e participações no produto da arrecadação de impostos federais consagradas na Carta maior, a União, visando a socorrer esses entes federados, que estão sempre em dificuldades de caixa, atribuiu-lhes a competência que lhe fora deferida pelo Art. 153, VII da CF, para instituir o Imposto sobre Grandes Fortunas. Objetivamente, informe se isso é ou não possível, com a pertinente fundamentação.

## **3º QUESTÃO ( 1 ponto)**

O contribuinte **SEVERUS OLIVEIRENSIS** procurou a Secretaria de Finanças do Município de Cajazeiras, para efetuar o pagamento do IPTU, referente ao corrente exercício. O agente do Fisco se recusou a receber a importância, alegando que o contribuinte achava-se em débito do ISS, de exercícios anteriores e que somente receberiam o IPTU após o recolhimento daquele outro tributo. Indignado, o contribuinte procurou o escritório do nobre colega advogado para orientá-lo. Sinteticamente, diga o que deve ser feito. Fundamente.

## **II EXAME DE ORDEM / 1997 DIREITO CIVIL**

### **Prova Prático Profissional (Subjetiva)**

**Data: 13.09.97**

### **I - PEÇA (7 pontos)**

“A” , **sua cliente** telefona para o escritório e diz: “Posso vê-lo imediatamente Dr.?”

Na primeira entrevista “A” entra direto no assunto: “Meu pai, viúvo, com 81 anos de idade, com mais três filhos todos maiores e

empregados, aposentado pelo INSS, foi atropelado e morto por um caminhão em uma pista de rolamento no Guará. O condutor daquele veículo, se declarou culpado e como tal preencheu “Aviso de Sinistro” à sua Seguradora, comunicando o fatídico evento, e, de conseqüência, sua responsabilidade pela morte do ancião. A Seguradora examinando os documentos apresentados pelo segurado, proprietário daquele automotor, ao se deparar com a Certidão de Óbito, calculou o valor devido pelo seguro não levando em conta o limite máximo previsto no contrato de responsabilidade civil facultativa de veículo, por danos pessoais. Vale dizer, a Seguradora calculou o valor da indenização em só mais 02 anos, talvez estimado uma provável sobrevida da vítima (de mais estes dois anos), do pai da sua cliente “A”.

De tal arte, como advogado de “A” elabore uma petição inicial visando reparar o dano que o proprietário do caminhão causou a morte do pai da sua cliente. Ela, sua cliente, também, possui procuração dos outros irmãos maiores para peticionar em juízo. Pergunta-se: a indenização devida poderá também abranger o Dano Moral? Como fica o aspecto do pensionamento mensal aos familiares do “de cujos”, já que todos são maiores e trabalham? No seu entender é devida esta pensão? Por outro lado, como se resolve a questão proposta, já que o segurado possui um limite segurado, no caso concreto, de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), por danos pessoais causados a terceiros, em face de seguro contratado com a seguradora que a certa responsabilidade civil a favor de terceiros? Justifique.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL / CIVIL (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.
---

**!!! NÃO COLOQUE O SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA PROVA. USE NOME DO ADVOGADO E NÚMERO DE OAB**

## **FICTÍCIOS.**

### **II - QUESTÕES PRÁTICAS**

#### **1º QUESTÃO ( 1 ponto)**

O estudante St de vinte e dois anos, convida a senhorita F. de dezessete anos, para um passeio de automóvel de X até o ponto de excursões A, distante 15KM. Lá F e St se desentendem; St se recusa a trazer F de volta consigo. Como não há mais transporte público para X, F deve utilizar um táxi. O motorista T exigiu pagamento adiantado.

- a) F pode exigir de St ressarcimento das despesas de viagem?
- b) F teria direitos contra St, se na ida, por culpa de St, ocorresse um acidente, no qual F tivesse sido lesionada?
- c) T está obrigado ao reembolso?

#### **2º QUESTÃO ( 1 ponto)**

A senhora W encomenda ao figurinista M o desenho de um vestido para a noite, que ela pretende usar no baile do cinema nacional. M promete expressamente que a senhora W será a única a usar vestido desse feitio. O vestido não fica pronto em tempo. Além disso, constata a senhora W que M fez para outra cliente um vestido bastante parecido. Que pretensões tem a senhora W?

#### **3º QUESTÃO ( 1 ponto)**

G, de 52 anos, morre a 03/01/67 num acidente de trânsito causado culposamente por B. G tinha rendimentos elevados, mas não possuía bens. T, filha de G, dá à luz em 28/12/67 a um filho, K. t e seu marido não têm rendimentos nem bens.

- a) K pode exigir sustento de B?
- b) Que pretensões teria K, se fisicamente, tivesse ficado muito deformado e, psiquicamente, enfermo, sendo as deformações devidas a T Ter sido tratada com raios X pelo médico A, que, em vista da gravidez, conhecida pelo médico, não podiam ser empregados?

### **II EXAME DE ORDEM / 1997 DIREITO PENAL**

**Prova Prático Profissional (Subjetiva)**

**Data: 13.09.97**

## I - PEÇA (7 pontos)

**Mário Teixeira de Almeida**, foi denunciado por acusação de prática do crime capitulado no art. 121, *caput* do CPB, contra a pessoa de **Otávio Rodrigues da Silva**. O Juiz recebendo a denúncia determinou sua citação, após marcando a data do interrogatório. Nas alegações escritas, oferecidas no tríduo foram arroladas testemunhas.

Durante a instrução criminal, **Telmo Ribeiro**, única testemunha arrolada pela acusação, em seu depoimento, harmônico com o que prestou na delegacia, às fls. 16 disse: “que viu algo na mão de **Otávio**, parecendo uma faca, mas não deu para distinguir pois se encontrava à distância e o local era pouco iluminado; que, no entanto, viu quando **Mário** disparou sua arma, duas vezes contra **Otávio**, que, imediatamente, caiu ao solo”. **Milton Carneiro de Azevedo**, testemunha arrolada pela defesa, disse: “que não conhecia nem a vítima nem o acusado; que estava passando pelo local, quando ouviu a vítima dizer para o acusado “isto é um assalto, passa o dinheiro”; que viu uma faca tipo peixeira na mão da vítima; que viu quando **Mário** deu uns passos para trás, sacou sua arma e disparou somente uma vez contra **Otávio**” (fls. 17 e v). **Arlindo de Souza Júnior**, arrolado pela defesa, assim se manifestou : “que se encontrava caminhando em companhia de seu amigo Milton quando viu um indivíduo de porte avantajado dizer para um outro: “isto é um assalto, passa o dinheiro”; que o indivíduo tinha uma grande faca na mão, em atitude ameaçadora; que viu quando o assaltado recuou uns passos, sacou seu revólver e fez um disparo contra o assaltante que cambaleou e caiu ao chão; que não conhecia nem o acusado nem a vítima; que soube posteriormente, por pessoas do local, que a vítima era assaltante temido na região, com diversas passagens pela polícia, por assalto; que, sendo formado em Direito, mesmo não exercendo a profissão, entendeu, claramente, que o acusado agiu em legítima defesa própria” (fls. 19). **Paulo Tavares Medeiros**, também arrolado pela defesa assim falou: “que vinha caminhando pela calçada quando percebeu do outro lado da rua um indivíduo alto e forte, com uma peixeira na mão, ameaçou um transeunte dizendo qualquer coisa como “passa dinheiro”; que o local estava iluminado; que viu quando o assaltado deu alguns passos para trás, sacou sua arma e fez um disparo contra o assaltante que caiu ao solo; que não conhecia nem a vítima o assaltado, sabendo, no entanto depois do fato, por pessoas do local, que o assaltante era conhecido por “**Tavão**”, era um perigoso indivíduo que aterrorizava as pessoas da vizinhança; que soube também por um dos seus amigos que **Mário**, era uma pessoa de bem e que portava arma legalmente porquanto era segurança do aeroporto, de onde saía sempre alta madrugada e morava em chácara afastada” (fls. 22).

No laudo do Instituto de Criminalística para onde o revólver fora encaminhado para os exames de eficiência, recentidade de disparo e confronto balístico os peritos atestaram que a arma se encontrava apta para produzir disparos em série, que havia sido disparada recentemente, que dos seis cartuchos que se encontravam no tambor, um deles havia sido deflagrado, e ainda que, pelo exame comparativo das estrias, o projétil retirado do corpo de **Otávio** fora disparado pela arma apreendida e apresentada como sendo a usada por **Mário**.

No laudo de Exame Cadavérico, acostado aos autos, os peritos do IML, no

item Exame das Lesões, assim se referiram: “*ferimento pérfuro-contuso provocado por projétil de arma de fogo localizado na região torácica direita*”. Como conclusão: “*morte decorrente de anemia aguda, devido a hemorragia interna determinada por transfixação do pulmão por ação de instrumento pérfuro contundente (projétil de arma de fogo)*”.

Na Folha Penal, carreada aos autos, nada consta contra **Mário**.

Terminada a inquirição das testemunhas, o Juiz **Pedro Rocha** abriu vista dos autos ao MP para cumprimento do art. 406, do CPP, tendo o promotor **Justino Leal**, após tecer comentários sobre a prova, finalizado seu pronunciamento dizendo: “...desta forma, sendo as provas colhidas insuficientes para embasar pedido condenatório, requer o MP seja feita Justiça”.

Você, em cumprimento às disposições contidas no mesmo artigo, apresentou brilhante defesa analisando minudentemente as provas e sustentando, em profundidade a tese cabível à espécie, finalizando com o pedido de absolvição sumária.

Mas, mesmo assim, o MM Juiz, dissociando-se da prova dos autos pronunciou **Mário** como incurso nas penas do art. 121, *caput*, do CPB, tendo ele tomado ciência no dia 30 de abril de 1997 (4ª feira). **Interponha** o recurso cabível, juntando desde logo as Razões, datando no prazo.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL / PENAL (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.

**!!! NÃO COLOQUE O SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA PROVA. USE NOME DO ADVOGADO E NÚMERO DE OAB FICTÍCIOS.**

## II - QUESTÕES PRÁTICAS

**Responda de forma simples e objetiva**

### **1º QUESTÃO ( 1 ponto)**

Você, advogado de Renato Iglesias, arrolou na Defesa Prévia, entre outras testemunhas, Paulo Tupinambá, considerada de suma importância posto indicada por Renato que lhe informou: “ele sabe e viu tudo”. Para sua surpresa, notou que na certidão passada pelo Oficial de Justiça este informava com base na Certidão de Óbito, haver a testemunha falecido. Indique a providência que pode ser tomada, com devida fundamentação processual.

### **2º QUESTÃO ( 1 ponto)**

Mário Silva, seu cliente, foi condenado à pena de 16 anos, 4 meses e oito dias pelo Tribunal do Júri, por infração ao art. 121, § 2º, II e IV do CPB. Inconformado, interpôs apelação por entender que sentença do Juiz-Presidente divergiu das respostas dos jurados aos quesitos. Dizer, de forma sucinta, qual o pedido adequado a ser feito ao Tribunal de Justiça, indicando a fundamentação em que baseou o apelo.

### **3º QUESTÃO ( 1 ponto)**

Arnaldo Montes foi processado por crime de ameaça. A denúncia foi recebida no dia 16-7-94. Indique a data exata em que ocorreu a prescrição da pretensão punitiva.

## **II EXAME DE ORDEM / 1997 DIREITO DO TRABALHO**

### **Prova Prático Profissional (Subjetiva)**

**Data: 19.04.97**

### **I - PEÇA (7 pontos)**

José Silva, brasileiro, casado, cozinheiro, portador da CTPS n.º 1997/MTb, residente e domiciliado à Avenida 2000, Sobradinho, DF, ajuizou reclamação trabalhista no dia 8 de setembro de 1997 contra o Restaurante EXXE, estabelecido na SCLN, quadra 103, bloco A, na cidade de Brasília - DF, alegando, em síntese, que: foi admitido em 1º de março de 1990 para exercer a função de ajudante de cozinha e demitido sem justa causa no dia 1º de abril de 1995, sem que tenha recebido corretamente seus direitos. Percebia

remuneração mensal, em média, no valor de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) correspondente ao salário fixo de R\$ 120,00 + 40% sobre o total das gorjetas pagas pelos clientes, que eram divididas entre os cinco empregados da cozinha, dentre eles o reclamante. Cumpria jornada diária das 16:00 às 24:00 horas, de terça-feira a Domingo, com folga às segundas-feiras, sem intervalo diário para descanso e refeição. Nunca recebeu horas extras, adicional noturno, vale refeição e a demissão ocorreu sem o necessário aviso prévio.

Reclama:

1. pagamento de 2500 horas extras com adicional de 50% da hora normal trabalhada;
2. pagamento do adicional noturno por todo o período do contrato no percentual de 20%;
3. integração das horas extras e adicional noturno nas férias acrescidas de 1/3 da Constituição Federal, 13º salário, FGTS + 40% da multa legal e repouso semanal remunerado;
4. pagamento do aviso prévio no valor igual ao da última remuneração;
5. vale refeição por todo o período do contrato de trabalho no valor mensal de R\$ 89,00 (oitenta e nove reais)
6. juros e correção monetária sobre todos os valores apurados em execução;
7. aplicação do art. 467 da CLT;
8. valor dado à causa: R\$ 500,00 (quinhentos reais)

O restaurante reclamado contatou advogado para elaboração da defesa, informando a ele que:

1. o reclamante já ajuizou idêntica reclamação trabalhista contra o



- Restaurante EXXE, com a mesma causa de pedir e os mesmos pedidos e dita ação aguarda julgamento por outra Junta de Conciliação e Julgamento;
2. a verdadeira jornada diária de trabalho era das 19:00 às 24:00 horas, inexistindo labor extraordinário cabendo ao reclamante a prova em contrário;
  3. o adicional noturno sempre foi pago, por todo o período do contrato de trabalho, mas não era lançado destacadamente nos contra-cheques do reclamante, visto que compunha o cálculo da gorjeta que era rateada entre os empregados da cozinha;
  4. o aviso prévio deveria ser dado pelo reclamante, considerando que ele pediu demissão do emprego não foi demitido, como alega;
  5. o vale refeição não é devido, porque os empregados alimentam-se no Restaurante sem nada pagar.

Caro(a) candidato(a):

Elabore defesa trabalhista em nome do Restaurante EXXE observando as exigências contidas no art. 300 e seguintes do CPC.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL / TRABALHO (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.
--

**!!! NÃO COLOQUE O SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA PROVA. USE NOME DO ADVOGADO E NÚMERO DE OAB FICTÍCIOS.**

## II - QUESTÕES PRÁTICAS

### 1º QUESTÃO ( 1 ponto)

Qual o prazo legal para apresentação da defesa trabalhista?

### 2º QUESTÃO ( 1 ponto)

Os honorários advocatícios na Justiça do Trabalho são pagos pela parte vencida? Justifique sua resposta.

### 3º QUESTÃO ( 1 ponto)

quais são os requisitos mínimos e necessários da petição inicial da reclamação trabalhista?

## II EXAME DE ORDEM / 1997 DIREITO ADMINISTRATIVO

### Prova Prático Profissional (Subjetiva)

**Data: 13.09.97**

### I - PEÇA (7 pontos)

**AGRIPINUS** e outros servidores públicos da União propuseram ação ordinária requerendo reajuste de 28,86%, com fulcro nas Leis n.ºs 8.622/93 e 8.627/93, na qual não lograram êxito. Apelaram e também não foram bem sucedidos no recurso. a sentença de mérito transitou em julgado. Em face de recente decisão do egrégio STF, procurou o seu escritório para que reverta a situação pela via do Judiciário. Qual seria o caminho para a defesa? Elabore a peça correspondente.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL / ADMINISTRATIVO (FUNDAMENTAÇÃO),
---

GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.

**!!! NÃO COLOQUE O SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA PROVA. USE NOME DO ADVOGADO E NÚMERO DE OAB FICTÍCIOS.**

## II - QUESTÕES PRÁTICAS

### 1º QUESTÃO ( 1 ponto)

O bancário que trabalha 8 (oito) horas por dia e 44 (quarenta e quatro) horas por semana, desde a contratação, tem direito ao recebimento de horas extras? Resposta fundamentada.

### 2º QUESTÃO ( 1 ponto)

O não pagamento do salário mensal no prazo legal acarreta alguma sanção ao empregador? Resposta fundamentada.

### 3º QUESTÃO ( 1 ponto)

O empregado que manuseia produto radioativo tem direito ao recebimento de adicional de insalubridade ou periculosidade, e em que percentual? Resposta fundamentada.